

# SUMÁRIO

Apresentação	13
--------------	----

## DIREITO TRIBUTÁRIO E PENSAMENTO CIENTÍFICO

Alguns apontamentos sobre a institucionalização jurídica do ensino do Direito Tributário no Brasil <i>Jeferson Teodorovicz</i>	19
Introdução	19
1 Antecedentes estrangeiros na consolidação da criação da disciplina “Direito Tributário”	20
2 Os primeiros esforços “jurídicos” no Direito Tributário brasileiro e a contribuição inicial de João Martins de Oliveira	24
3 A colaboração de Tullio Ascarelli para o direcionamento jurídico do estudo e do ensino do Direito Tributário brasileiro	31
4 A contribuição de Rubens Gomes de Sousa para o surgimento disciplinar do Direito Tributário	35
5 A difusão da literatura tributária a partir da década de 1950	39
6 O passo seguinte no ensino do Direito Tributário no Brasil: a gradual separação entre o ensino da Ciência das Finanças e do Direito Financeiro	44
7 Enfim, a institucionalização da disciplina “Direito Tributário”	48
Considerações finais	55
Desafios da filosofia da ciência para a ciência do direito – estudos em homenagem a Tercio Sampaio Ferraz Junior <i>Renato Lopes Becho</i>	57
Introdução	57
1 A Filosofia da Ciência	58
1.1 A revolução científica e sua influência no estudo do direito	60
2 Processos de raciocínio científico: dedução, indução e suas variações	66
2.1 Inferência para a melhor explicação	72
2.1.1 Probabilidade e indução	73
2.2 Explicações em ciência	74

2.3 Unicidade ou partição das ciências	78
2.4 A falibilidade e a exatidão das teorias científicas	80
3 Não há uniformidade na consideração do que é o direito	83
4 À guisa de conclusão: se não for <i>ciência</i> , como apresentar o direito?	85
O uso do método interdisciplinar na pesquisa jurídico-tributária	87
<i>Alexandre Evaristo Pinto</i>	
<i>Marcelo Magalhães Peixoto</i>	
1 Introdução	87
2 Da especialização disciplinar	88
3 Da interdisciplinaridade na pesquisa científica	92
4 Da especialização à interdisciplinaridade no Direito Tributário	95
5 Das relações entre o Direito Tributário, a Contabilidade e a Economia	99
6 Conclusões	101

## INTERPRETAÇÃO E ARGUMENTAÇÃO NO DIREITO TRIBUTÁRIO

Vagueza e textura aberta no direito	105
<i>José Maria Arruda de Andrade</i>	
1 Introdução	105
2 Vagueza no direito	106
3 A especificidade da textura aberta frente à vagueza	110
4 Reconstrução histórica da ideia de textura aberta	115
5 Textura aberta e vagueza em F. Waismann e H. Hart	123
6 Referências	127
Princípios e regras: acerca do conflito normativo e suas aplicações práticas no direito tributário	129
<i>Paulo Caliendo</i>	
Introdução	129
Parte I – Do conflito entre princípios e regras	130
1 Do conflito entre princípios e regras	130
2 Da distinção entre princípios e regras	130
2.1 Das soluções propostas	131

2.1.1 Da prevalência dos princípios	131
2.1.2 Da prevalência das regras	136
2.1.3 Da ausência de prevalência entre princípios e regras	141
2.1.3.1 Argumentos que demonstram que inexistente um critério hermenêutico que defina <i>a priori</i> a prevalência dos princípios sobre as regras ou vice-versa	142
2.1.3.1.1 Argumento lógico	142
2.1.3.1.2 Argumento axiológico	143
2.1.3.1.3 Argumento sistemático	144
2.1.3.1.4 Argumento heurístico	144
2.1.3.1.5 Argumento semântico	145
2.2 Pressupostos teóricos e metodológicos	145
2.3 Da justificação da ausência de um critério hermenêutico que defina <i>a priori</i> a prevalência dos princípios sobre as regras ou vice-versa	150
2.3.1 Justificação pela consistência	151
2.3.2 Justificação pela coerência	158
2.3.3 Justificação pela conformidade	162
Parte II – Exame de casos de conflito entre princípios e regras no Direito Tributário	164
3 Exame de casos de conflito entre princípios e regras no Direito Tributário	164
3.1 Solução de casos “fáceis”	164
3.2 Decisões com prevalência de princípios sobre regras	165
3.3 Decisões com prevalência de princípios por incoerência sistemática	167
Considerações finais	168
Notas sobre a interpretação do direito em Maximiliano e em Tercio Ferraz e a hermenêutica do direito tributário	169
<b><i>Fernando Facury Scaff</i></b>	
Introdução	169
I As regras hermenêuticas segundo Carlos Maximiliano	170
II As regras hermenêuticas segundo Tercio Sampaio Ferraz Jr.	176
III A virada hermenêutica realizada	187
IV A interpretação do direito tributário	188
Conclusões	192
Referências	193

A derrotabilidade de regras no Direito Tributário brasileiro	195
<i>Carlos Augusto Daniel Neto</i>	
Introdução	195
1 O papel estrutural das regras e suas exceções no direito	197
2 O que significa ser uma norma derrotável?	203
3 O que justifica juridicamente a derrota de uma regra <i>in concreto</i> ?	207
4 A derrotabilidade de regras tributárias – particularidades e exemplos à luz do Direito brasileiro	213
Conclusões	218
Referências	219
A flexibilização das limitações constitucionais ao poder de tributar: neoconstitucionalismo tributário?	223
<i>Martha Leão</i>	
1 Introdução	223
2 Breves considerações sobre neoconstitucionalismo	224
3 A mitigação da legalidade	230
4 A mitigação da anterioridade	239
5 Conclusões	245
6 Referências	246
Interpretação e argumentação no direito tributário – e um apêndice sobre o formalismo jurídico	249
<i>Cristiano Araújo Luzes</i>	
1 Introdução	249
2 A questão metodológica atual: interpretação e argumentação	250
3 Tradições metodológicas no direito	252
4 Uma proposta para a questão metodológica: perspectiva compreensivo-realista	258
5 Aplicação no direito tributário	265
Um adendo: formalismo no direito tributário brasileiro	267
6 Referências	275

Consequencialismo jurídico e seus reflexos nos precedentes do STF em matéria tributária	277
<b>Diego Diniz Ribeiro</b>	
1 Introdução	277
2 Fixando premissas: o conceito de Direito aqui empregado	279
3 Definindo consequencialismo jurídico	281
3.1 A proposta intermediária de Neil MacCormick	285
3.2 A nova LINDB: legalização do consequencialismo?	288
4 Limites ao consequencialismo a partir do processo	291
4.1 A unidade material das decisões judicativas como valor no CPC/2015	293
4.1.1 A contribuição do Processo Civil para um controle metodologicamente adequado do consequencialismo jurídico	297
5 A análise de um exemplar precedente do STF e seu consequencialismo desarrazoado	304
5.1 A ADIN n. 4.628 e o protocolo ICMS CONFAZ n. 21	305
6 Conclusões	308
7 Referências	310
Direito Tributário e Análise Econômica do Direito	313
<b>Cristiano Carvalho</b>	
Introdução – algumas palavras sobre o homenageado	313
1 Esclarecendo equívocos: o que, afinal, é a Análise Econômica do Direito e por que ela é importante	314
2 Análise Econômica Positiva e Análise Econômica Normativa: a dicotomia entre <i>lege data</i> e <i>lege ferenda</i>	317
3 Algumas aplicações no Direito Tributário	317
3.1 Por que e para que existem tributos?	318
3.2 Igualdade ou eficiência?	324
3.3 Uma questão de princípio	328
3.4 Conflito entre princípios: como decidir?	330
3.5 Sistema tributário brasileiro, custos de transação e o Teorema de Coase	332
Conclusões	335
Referências	337

Não cumulatividade e isenção no meio da cadeia produtiva	339
<i>Luís Eduardo Schoueri</i>	
Introdução	339
1 O tema enfrentado por Tercio: ICMS, não cumulatividade e suas exceções constitucionais	340
2 O tema enfrentado pela Jurisprudência	346
2.1 O Supremo Tribunal Federal e a não cumulatividade do ICMS na hipótese de isenção	347
2.2 Outras formas de restrição à não cumulatividade na incidência do ICMS	348
3 O tema a partir da Emenda Constitucional n. 132/2023	349

## JUSTIÇA TRIBUTÁRIA

Justiça e tributação: do conceito às concepções de justiça	355
<i>Eduardo Jobim</i>	
1 Introdução	355
2 Conceito de justiça	358
3 Concepções de justiça	369
4 Conclusão	377
O Solidarismo Fiscal e os riscos de relativização de garantias do contribuinte	379
<i>Arthur Maria Ferreira Neto</i>	
1 Introdução	379
2 O surgimento do Solidarismo Fiscal no direito tributário brasileiro	384
3 Os principais doutrinadores que arquitetaram o Solidarismo Fiscal	390
4 A inspiração na hermenêutica constitucional defendida pela teoria da “Constituição viva” e pelo neoconstitucionalismo	396
5 Alguns pressupostos do Solidarismo Fiscal	399
6 Conclusão	411
7 Referências	412

Algumas notas sobre a justificativa do imposto de renda no Brasil	417
<i>Fernando Aurelio Zilveti</i>	
1 Introdução	417
2 Notas sobre a justificativa do imposto de renda	419
3 Breve histórico sobre o imposto de renda no Brasil	424
4 A justificativa do imposto de renda brasileiro	438
5 Conclusão	442
Comparando no Direito Tributário: tributo como dever de solidariedade na Itália e elementos de Direito Constitucional Tributário brasileiro	443
<i>André Folloni</i>	
Introdução	443
1 O caráter híbrido da Constituição	443
2 Contexto da Constituição da Itália	446
3 Deveres inderrogáveis de solidariedade na Constituição italiana	447
4 O dever tributário como dever inderrogável de solidariedade	452
5 O dever tributário na Constituição brasileira	456
Conclusão	459

## NOVOS DESAFIOS DA TRIBUTAÇÃO

Inteligência artificial, princípio da publicidade e algumas repercussões para a legalidade tributária	463
<i>Tercio Sampaio Ferraz Junior</i>	
1 Inteligência artificial	463
2 Os sistemas artificiais de inteligência	464
3 Lei e exigência de publicidade: a impressão na perspectiva do ponto fixo da legalidade	467
4 Da legalidade tipográfica à legalidade digital	469
5 Um desafio	474

Nossa reforma tributária, EC 132/2023 e Seminários da Feiticeira <i>Eurico Marcos Diniz de Santi</i>	475
Introdução	475
1 Distorções da tributação de bens e serviços no Brasil	477
1.1 Como funciona o IVA?	477
1.2 Problemas do modelo brasileiro	478
2 Dificuldade de migrar do modelo atual para o IVA	480
3 A proposta do Centro de Cidadania Fiscal	482
3.1 Características básicas do IBS	483
3.2 Transição para as empresas	484
3.3 Alíquotas, isenções e regimes especiais	486
3.4 Extrafiscalidade	487
3.5 Competência dos Estados e Municípios e repartição de receitas	489
3.6 Formação da alíquota do IBS	492
3.7 Interação com o Simples Nacional	495
3.8 Legislação	496
3.9 Administração do imposto e contencioso	497
3.10 Imposto seletivo	497
4 Comentários finais	498